

Migração com e sem problemas

Aldo Paviani*

A história das correntes migratórias no Brasil está repleta de relatos dos que se deslocaram de grandes distâncias para o Sudeste e para o Centro-Oeste. São migrantes por etapas, que deixaram o interior ou mesmo cidades de porte médio do Nordeste e do Sul em direção às áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Goiânia. Poucos migrantes se deslocaram diretamente do lugar de nascimento. Brasília, em seus primeiros dez anos, recebeu massa migratória ao redor de 500 mil pessoas. Em pesquisa realizada pelos geógrafos da UnB, em 1970, foi constatado que quase a metade (ou 48,6%) dos entrevistados declarou como tendo origem o Nordeste; do Sudeste, migraram 32,8% dos declarantes e, do Centro-Oeste, apenas 17%. Estes dados praticamente coincidem com pesquisa semelhante, do mesmo ano, realizada pela Codeplan. Como procedência, isto é, último lugar de residência, declararam ser do Nordeste 39,3% dos entrevistados; do Sudeste, 33,2% e do Centro-Oeste, 25,5%. As regiões Norte e Sul quase não contribuíram com as correntes migratórias para o Distrito Federal.

Ressaltam-se duas questões básicas a respeito dos migrantes entrevistados na referida pesquisa: constatou-se, em primeira mão, tratar-se de correntes migratórias do tipo urbana-urbana e não mais do tipo rural-urbana característica



Aldo Paviani

da década de 50, quando se acelerou o tão decantado êxodo rural. Outra questão, muito importante para o caso de Brasília, em construção à época, é que a pesquisa revelou o migrante por etapas. Assim, os entrevistados, por vezes, declararam ter encetado três, quatro ou mais etapas de sua migração anterior à entrada no DF. A migração por etapas se deve à falta de perspectivas tanto no lugar de emigração como no de imigração. Dito em outros termos, o migrante, ao menos nos primórdios de Brasília, era parte da solução imaginada pelos ideólogos da "Marcha para o Oeste" (era Vargas) ou do "Desenvolvimentismo" (era JK). Para os primeiros, tratava-se de deslocar o eixo de povoamento para o Centro-Oeste, com ocupação da fronteira agrícola; para os segundos, a estratégia era ocupar a mão-de-obra barata, disponível em áreas deprimidas do Nordeste assolado pela seca, para a construção da Capital Federal, no Planalto Central. Para uns e para outros, as estratégias deram certo, apesar da falta de previsão e mesmo de planejamento.

Mas, com o passar dos anos, já na década de 70 e de 80, as correntes migratórias passaram a ser vistas como "problemas", ao menos para aquelas correntes que não cessaram de procurar o DF, exatamente por falta de outros pontos atrativos.

Nada mais equivocado de ver o migrante como problema, a menos que não se leve em conta as suas características intrínsecas. Na pesquisa referida ficou claro que o migrante por etapas possuía os seguintes atributos (positivos): era jovem ao migrar, tinha elevado potencial de aspirações, algum poder econômico para poder se deslocar e boa capacidade como força de trabalho. Essas características do migrante foram se incrementando a cada deslocamento, pois, não se fixou no primeiro lugar do interior que encontrou; ao contrário, muitas vezes ampliou sua escolaridade, suas habilidades profissionais e sobretudo suas aspirações. Com medidas para a promoção dos migrantes, não se haveria de ter indicações como as que ocorrem há alguns anos no DF, como aquelas que visavam "retorno com dignidade", pois o migrante por etapas, ao se deslocar de grandes distâncias, não irá retornar ao lugar de onde saiu justamente porque, em sua origem, não implementou suas aspirações. Por outro lado, a política do "Entorno com dignidade", também não se implementa porque o Entorno de Brasília ainda se constitui em um "grande dormitório", sem oportunidades de trabalho em

volume e qualidade exigidos pela massa de mais de 400 mil habitantes da periferia do DF.

O que se indica para os futuros (novos) governantes é o retorno às políticas de desenvolvimento regional. Políticas essas a serem implementadas não propriamente nas principais metrópoles, mas em pólos regionais esparsos no território nacional, aproveitando-se seus potenciais sócio-ambientais, para os quais se canalizariam as correntes migratórias. Em políticas assim concebidas, os aparatos educacionais, de saúde pública, etc. estariam atrelados à promoção humana para o desenvolvimento. Com isto, a elevação do status sócioeconômico dos migrantes não seria alcançado com a "doações", mas com instrumentos que cada migrante conquistaria.

Por fim, se as correntes migratórias dos últimos trinta anos se dirigem basicamente para cidades como Brasília, Goiânia, São Paulo, etc. isto se deve à falta de oportunidades intervenientes em outros pontos de território nacional. O Brasil tem potencial para mudar o padrão vigente, que não implementa as aspirações dos migrantes, sobretudo dos mais empobrecidos, que acabam proporcionando verdadeira "turbulência migratória" (para os próprios migrantes), apesar das muito decantadas riquezas nacionais.

*Aldo Paviani é membro do Núcleo de Estudos Urbanos da Universidade de Brasília e diretor da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur)